



CONCURSO DE PESSOAS

9ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Sumário

Capítulo I. Disposições Preliminares	06
Seção I. Disposições Gerais	06
1. Conceito	06
2. Outras designações	06
3. Natureza jurídica e finalidade da norma constante do art. 29, CP	06
4. Classificação dos crimes quanto ao concurso de pessoas	06
5. Espécies de concursos de pessoas	07
6. Formas de concurso de pessoas	07
Seção II. Requisitos do concurso de pessoas	07
Subseção I. Pluralidade de pessoas e de condutas	07
1. Formulação	07
2. A questão da [des]necessidade de culpabilidade de todos os concorrentes	07
Subseção II. Relevância causal de cada conduta	08
1. Formulação	08
2. Momento da contribuição	08
Subseção III. Liame (vínculo) subjetivo entre os agentes	08
1. Outras denominações	08
2. Formulação	09
3. A questão do ajuste prévio	09
4. A questão do exigência de bilateralidade	09
5. Desvio subjetivo	09
5.1 Previsão legal	09
5.2 Formulação	09
5.3 Classificação doutrinária	10
5.4 Destinatários da norma	10
5.5 Excesso no mandato criminal	10
6. A questão do liame subjetivo nos crimes multitudinários	10
Subseção IV. Unidade de fato	10
Seção III. Teorias sobre o concurso de pessoas	11
1. Teorias	11
1.1 Teoria unitária	11
1.2 Teoria dualista	11
1.3 Teoria pluralista	11
2. Exceções à teoria monista	12
2.1 Na parte geral do Código Penal	12
2.2 Na parte especial do Código Penal	12
2.2.1 Aborto	12
2.2.2 Bigamia	12
2.2.3 Corrupções ativa e passiva	12
2.2.4 Descaminho e contrabando e favorecimento ao descaminho ou ao contrabando	12
2.2.5 Ingresso de celulares e afins nas unidades prisionais	13
2.2.6 Falso testemunho	13
2.3 Na legislação penal especial	13
Seção IV. Distinção entre autoria e participação	13
Subseção I. Conceito unitário de autor	13
Subseção II. Conceito extensivo de autor	13
1. Origem e formulação	13
2. Teoria subjetiva	14
Subseção III. Conceito restritivo	14
Tópico I. Teoria objetivo-formal	14

1. Formulação	14
2. Identificação da deficiência da teoria	14
3. Adeptos da teoria	14
Tópico II. Teoria objetivo-material	14
1. Formulação	14
2. Identificação da deficiência da teoria	14
Tópico III. Teoria do domínio do fato	15
1. Premissa	15
2. Breve evolução histórica	15
3. Adeptos da teoria	15
4. Formulações de Claus Roxin	16
4.1 Origem	16
4.2 Distinção entre autor e partícipe	16
4.3 Manifestações concretas da ideia de domínio do fato	16
4.3.1 Domínio da ação	16
4.3.2 Domínio da vontade	16
4.3.3 Domínio funcional do fato	17
4.4 Outros critérios propostos por Roxin	17
4.4.1 Delitos culposos	17
4.4.2 Delitos de dever	17
4.4.3 Delitos de mão própria	17
5. Formulações de Zaffaroni e Pierangeli	18
6. [in]Aplicação da teoria do domínio do fato na Ação Penal 470 e na jurisprudência brasileira	18
7. A questão do autor intelectual	18
Tópico IV. Teoria(s) adotada(s) no Brasil	18
Capítulo II. Autoria	19
Seção I. Principais espécies (modalidades) de autoria	19
Subseção I. Autoria imediata	19
Subseção II. Autoria mediata	19
1. Hipóteses de autoria mediata	19
1.1 Erro de tipo provocado por terceiro	20
1.2 Erro de proibição inevitável provocado por terceiro	20
1.3 Coação moral irresistível	20
1.4 Obediência hierárquica à ordem não manifestamente ilegal	20
1.5 Executor ao amparo de excludente de ilicitude	20
1.6 Inimputabilidade penal do executor	20
1.7 Autoria de escritório	20
2. Situações especiais	21
2.1 Coação física irresistível	21
2.2 Crime culposos	21
2.3 Crime próprio	21
2.4 Crime de mão própria	21
3. A questão da capacidade de responsabilidade do executor	21
Subseção III. Outras classificações	22
1. Autoria de determinação	22
2. Autoria por convicção	22
3. Autoria de reserva	22
4. Autoria sucessiva	23
Seção II. Coautoria	23
1. Definição	23
2. Classificação doutrinária da coautoria	23
3. Coautoria sucessiva	23
4. Coautoria alternativa	23
Seção III. Autoria colateral	23
1. Configuração	23
2. Autoria incerta	24

3. Autoria ignorada	24
4. Autoria colateral complementar	24
4.1 Dupla causalidade concomitante	24
Capítulo III. Participação	25
Seção I. Disposições preliminares	25
1. Esclarecimento terminológico	25
2. Conceito de participação	25
Seção II. Formas de participação	25
Subseção I. Participação moral	25
1. Considerações iniciais	25
2. Formas de participação moral	26
3. Condições para a configuração da participação moral	26
Subseção II. Participação material	26
1. Terminologia	26
2. Configuração da participação material	26
3. Momento do auxílio	26
4. Espécies de participação material	26
5. A questão da figura do mandante	26
Seção III. Principais espécies (modalidades) de participação	27
1. Participação sucessiva	27
2. Participação em cadeia	27
3. Participação negativa	27
4. Participação por omissão	27
5. Participação em ação alheia	27
Seção IV. Punibilidade da participação	28
Subseção I. Disposições preliminares	28
1. Fundamento legal da punibilidade da participação	28
2. Razão para a punição da participação	28
Subseção II. Princípio da acessoriedade da participação	28
1. Formulação das teorias da acessoriedade	28
2. Teoria adotada no Brasil	29
Subseção III. Participação de menor importância	29
1. Dispositivo legal	29
2. Natureza jurídica	29
3. Beneficiário	29
4. Direito subjetivo do partícipe ou faculdade do juiz?	29
5. Aferição da menor importância da participação	30
5.1 Teoria dos bens escassos	30
5.2 Participação inócua	30
6. Critério de redução da pena	30
Subseção IV. Participação impunível	30
Subseção V. Tentativa de participação	30
Subseção VI. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	31
1. Conceito	31
2. Natureza jurídica	31
3. Concurso de pessoas e a comunicabilidade do benefício do art. 15, CP	31
4. Arrependimento do partícipe	31
Capítulo IV. Disposições Especiais	32
Seção I. Comunicabilidade de elementares e circunstâncias	32
1. Previsão legal	32

2. Distinção entre elementares e circunstâncias	32
2.1 Definições	32
2.2 Critério de distinção	32
3. Natureza das elementares e circunstâncias	33
4. Regras sobre a comunicabilidade ou incomunicabilidade	33
5. A questão do concurso de pessoas no crime de infanticídio	33
5.1 Contextualização	33
5.2 Problemática acerca da comunicabilidade	33
5.2.1 Não se comunicam: A mãe responde por infanticídio e o terceiro por homicídio	33
5.2.2 Comunicam-se: Tanto a mãe quanto o terceiro respondem por infanticídio	34
5.3 Autoria ou participação?	34
5.3.1 Hipóteses	34
5.3.2 Identificação da modalidade de concorrência	34
Seção II. Concurso de agentes em crimes culposos	35
1. Breve contextualização (definição do problema)	35
2. Cabe concurso de pessoas em crimes culposos?	35
3. Que modalidade de concurso, coautoria ou participação?	35
Seção III. Concurso de agentes em crimes próprios e de mão própria	36
1. Concurso de pessoas em crime próprio	36
2. Concurso de pessoas em crime de mão própria	36
Seção IV. Concurso de agentes em crimes omissivos	36
1. Definições preliminares	36
2. A questão do [des]cabimento do concurso de pessoas	36
2.1 Não cabe qualquer modalidade de concurso de pessoas em crimes omissivos	36
2.2 Cabe coautoria e participação nos omissivos próprios e impróprios	37
2.3 Concurso nos crimes omissivos próprios	37
2.4 Concurso nos crimes omissivos impróprios	37
Seção V. Agente dissimulado	38
Subseção I. Agente provocador	38
Subseção II. Agente infiltrado	39
Subseção III. Agente disfarçado	40
Obras consultadas e/ou citadas	41